



## Aos trabalhadores da MEO

Resistir a nova tentativa da Altice de precarizar as relações laborais!

Criação da MEO Serviços Técnicos - Uma Transmissão de Estabelecimento, mas com os direitos de uma Cedência Ocasional para os Trabalhadores envolvidos.

Os trabalhadores da MEO confrontam-se de novo com a possibilidade de poderem ser «transmitidos» para a recém-criada MEO Serviços Técnicos.

Estamos a falar dos nossos colegas da DOI, que correm o risco de deixarem de pertencer à empresa a que sempre pertenceram, através da figura da Cedência Ocasional.

A administração da MEO afirma que os trabalhadores da DOI, TNord e SudTel só serão cedidos se assinarem a Declaração de Concordância nos termos do Acordo de Cedência Ocasional, mas os textos já divulgados (FAQs) indicam que este tipo de «cedência» não será nem ocasional nem temporária.

Vejamos estas duas citações do Documento de FAQ's:

«2.16. O que me acontece se não aceitar a cedência para a MEO Serviços Técnicos? Uma vez que o seu posto de trabalho migra para a MEO Serviços Técnicos, as funções que atualmente desempenha deixarão de existir na MEO, S.A.. A empresa MEO, S.A. estudará o seu caso em particular e o enquadramento a adotar.»

«2.17. E se eu, mais tarde, quiser regressar à

MEO, S.A.? O posto de trabalho que exercia à data da cedência migra para a MEO Serviços Técnicos, pelo que, as funções que atualmente desempenha deixarão de existir na MEO, S.A. No caso de manifestar intenção de regressar, a MEO, S.A. analisará a sua situação em particular.»

Há aqui uma ameaça velada e inaceitável: numa situação ou noutra, a possibilidade de despedimento com justa causa fruto da extinção do posto de trabalho. Mas em qualquer caso, tomar agora uma opção confiando na Altice quando amanhã «analise a sua situação em particular».

A transferência das funções e das relações com a Sudtel e a TNord, indicam que se trata de um processo de extinção de uma Direção da empresa MEO que irá dar origem à MEO Serviços Técnicos, ou seja; para além de significar o desmembramento da MEO (a par de outros processos já conhecidos), representa a extinção do posto de trabalho do trabalhador cedido, na MEO. As indicações de que uma não aceitação do “Acordo de Cedência” tem implicações para o trabalhador, significa que, ao contrário do espírito do AE, a administração pretende forçar a aceitação da “cedência” e ainda ficar com um documento assinado, como se fosse voluntariamente decidida pelo trabalhador.

Infelizmente, as indicações que a Altice tem dado ao longo do tempo, levam-nos a rezear que a criação duma nova empresa seja seguida por outras medidas, no futuro, afetando essa nova empresa.

E não podemos esquecer que o «modelo» desta gente não é ter uma sua participada detentora dos Serviços Técnicos. O seu «modelo», aplicado em tantos outros países e também em Portugal, é a cabar com essas valências na PT MEO e passar à sua subcontratação massiva. E se os trabalhadores derem espaço, a Altice imporá o seu «modelo».

Propositadamente, a administração não clarifica que a recusa da cedência ou o eventual regresso não resultará na aplicação de medidas contra o trabalhador. A Administração tenta assim fugir às alterações ao Código de Trabalho conquistadas pelas trabalhadores da PT, que deram o direito absoluto ao trabalhador de se opor à transmissão de estabelecimento e vieram considerar como sem justa causa qualquer despedimento resultante de uma transmissão de estabelecimento.

Estas manobras merecem, tal como há dois anos, uma só resposta: a unidade e a luta dos trabalhadores. Hoje é na DOI, amanhã será em toda a empresa!

O PCP apresentou já um requerimento na Assembleia da República questionando o Governo:

1. Que conhecimento tem o Governo sobre o mais recente processo de reestruturação que a Altice quer impor à PT/MEO? Que medidas foram adotadas para acompanhar essa situação?
2. São evidentes as responsabilidades dos sucessivos governos na degradação das condições laborais no sector das telecomunicações. Está o governo confortável com a atual (e brutal) taxa de precariedade no sector, fruto das prestações de serviço, do trabalho temporário e da contratação a termo? O que pretende o Governo fazer para ajudar a alterar essa realidade que afeta dezenas de milhares de trabalhadores?

Os trabalhadores da MEO sabem que podem contar com o PCP e a CDU!

Para conheceres o requerimento apresentado completo: <http://bit.ly/pcpmeost>

# ***Contra a exploração, luta!***

PARLAMENTO EUROPEU 2019

**MAIS FORÇA À** **CDU** **PCP-PEV**

